JORNAL DA ASSEMBLEIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA SC. 24 DE FEVEREIRO DE 2011

AL NOTÍCIAS

DEVOLUÇÃO GARANTIDA CORREIOS

Impresso Especial

ED.383

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PARLAMENTO APROVA COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

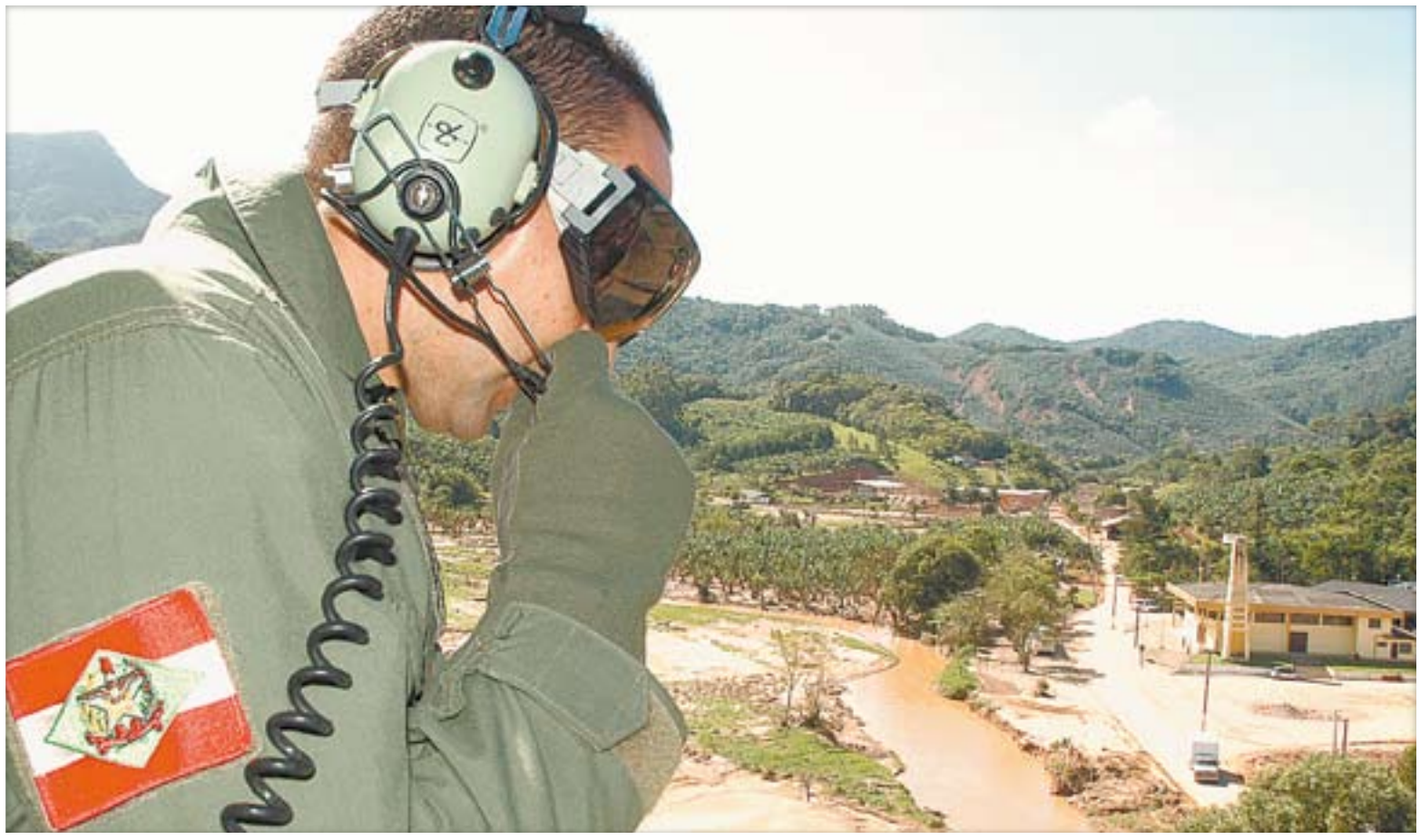
Deputados ampliam atuação do Legislativo estadual na prevenção a desastres naturais em Santa Catarina

Em compasso com as demandas dos catarinenses, o Parlamento estadual estará mais presente na prevenção de desastres naturais e no auxílio aos municípios atingidos pelos eventos.

Isto será possível através da Comissão Permanente de Defesa Civil, criada dia 23, através do Projeto de Resolução 001/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes (PP).

Com apoio de todas as bancadas com assento no Legislativo, a nova comissão terá a missão de fazer o acompanhamento e a fiscalização dos investimentos do Estado em defesa civil.

Com esse instrumento, o Poder poderá contribuir com a formação de agentes de defesa civil nos municípios, com foco nas lideranças vinculadas a igrejas, que, assim como as escolas, são os principais refúgios utilizados durante catástrofes. A ideia é também utilizar a comissão para elaboração de planos de emergência nos municípios, através de parceria com a Escola do Legislativo.



CLEIA MARIA BRAGANHOLO

Com histórico de desastres naturais, Santa Catarina vai ganhar reforço do Legislativo na instituição de programas de prevenção

PÁGINAS 4 E 5

MÍNIMO REGIONAL AVANÇA

JONAS LEMOS CAMPOS

Comissão de Constituição e Justiça aprova projeto que reajusta salário

PÁGINA 7

VISTORIA NO HOSPITAL REGIONAL DE SÃO JOSÉ

Os deputados Volnei Morastoni (PT) e Sargento Amauri Soares (PDT), da Comissão de Saúde, inspecionaram dia 22 o Hospital Regional de São José, na Grande Florianópolis. Falta de funcionários, leitos e má qualidade das refeições servidas vêm revoltando pacientes e deixando insatisfeitos os servidores do Hospital. A inspeção atendeu pedido do Sindicato dos Servidores da Saúde de Santa Catarina.

Reconhecendo a precariedade do atendimento, o gerente administrativo do Hospital, Fábio Fernando Luiz, destacou que o problema se deve à grande procura por atendimento na região. Morastoni, presidente da comissão, se comprometeu a tratar da situação do hospital com a Secretaria de Estado da Saúde.

JONAS LEMOS CAMPOS

Deputados ouvem servidores sobre situação precária enfrentada pela instituição

PÁGINA 5

PARLAMENTO PRESTA HOMENAGEM À ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE JOINVILLE

PÁGINA 3

UMA SEMENTE QUE DEVE RENDER

Sempre disse que a cidade depende do campo, numa alusão à relação entre a produção do meio rural e as necessidades de consumo da população, hoje adensada no meio urbano. Por isso mesmo considero de fundamental importância a iniciativa da Prefeitura de Piratuba, que decidiu investir num sistema de comunicação para abranger toda a área do município, oferecendo telefonia e internet gratuita, mesmo para quem mora em locais distantes.

São 25 torres que garantem conexão à rede mundial de computadores e devem proporcionar uma mudança de costumes, oferecendo ao cidadão do campo as mesmas oportunidades de quem está na cidade na busca da informação, ajudando a manter os jovens nas propriedades familiares, possibilitando a troca de informações, numa revolução cultural que irá modernizar os hábitos cotidianos e estimular os sistemas produtivos.

Mais que isso, o investimento se estende à rede municipal de ensino, onde a principal escola já conta com lousas digitais, mesas pedagógicas informatizadas para alunos das séries iniciais do ensino fundamental, e uma turma experimental que conta com netbooks para a realização de todas as tarefas escolares.

Parabenizo a administração municipal, tendo à frente o prefeito Adélio Spanholi e o vice Claudirlei Dorini, pois, ao acompanhar o lançamento do programa Piratuba Digital, há poucos dias, tive a nítida impressão de que ali está sendo plantada uma semente que irá render bons frutos, e deve ser disseminada por toda Santa Catarina.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (PMDB)

A RIQUEZA DAS ÁGUAS

Santa Catarina é o maior produtor de pescado do Brasil. A maior parte vem das águas do nosso litoral, e o restante está no interior do Estado, com a piscicultura continental.

Neste panorama, a ampliação da produção no interior é a fronteira que mostra-se mais indicada para que, no futuro, nosso Estado mantenha a dianteira no setor e, ao mesmo tempo, garanta a ampliação da renda da agricultura familiar, já que a piscicultura está nas pequenas propriedades.

Foi pensando nesta realidade que apresentei, em 2010, o Projeto de Lei 316, que define e conceitua a piscicultura de forma a melhorar a realidade social da atividade. O texto soluciona inúmeros "nós" da cadeia produtiva, já que delimita questões ambientais, de infraestrutura e abre caminho à profissionalização da atividade e também ao aumento dos ganhos das nossas famílias que trabalham no campo.

O projeto foi aprovado por unanimidade no Legislativo ainda em 2010, no entanto, com o argumento de que o tema não é pertinente ao Estado, o Governo apresentou veto à proposta. Segundo o governo do Estado, nossos mais de 22 mil produtores de peixes do interior devem esperar sentados que, a partir de uma solução mágica, seus problemas sejam resolvidos.

O argumento do governo é insustentável. Não só o projeto considera toda legislação federal pertinente, como ainda é similar aos que foram transformados em lei em outros seis estados. Temos condições privilegiadas para, de forma responsável, beneficiar nosso povo com a riqueza de nossas águas. Para que isso traga bem estar social, é preciso ultrapassar diferenças políticas e, enfim, pensar em políticas públicas de verdade.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (PT)

SOS RIO DA MADRE

FÁBIO QUEIROZ

Movimento pede proteção ao rio que percorre a baixada do Maciambu

Integrantes do Movimento SOS Rio da Madre acompanharam a sessão plenária do dia 23 com propósito de sensibilizar o Poder Legislativo para as questões ambientais e de infraestrutura da praia da Guarda do Embaú, em Palhoça. Com faixas e cartazes, os manifestantes declararam que a falta de saneamento básico na região vem acarretando uma série de problemas.

Na tribuna, vários parlamentares se manifestaram favoráveis ao movimento. O presidente do SOS Rio da Madre, Plinio Bordin, destacou que o rio vem sofrendo sérias agressões ambientais, entre elas a retirada da mata ciliar, a contaminação por agrotóxicos produzidos principalmente pelo cultivo de arroz em Paulo Lopes e o lançamento de esgotos. "Este problema prejudica a economia, o turismo e principalmente a qualidade de vida da região", frisou.

A visita ao Parlamento teve como principal objetivo alertar Poder Legislativo e reivindicar providências. "Esse rio fornece o sustento dos pescadores artesanais da região com uma grande fartura de peixes, crustáceos e moluscos. A ocupação humana indevida na região é o principal fator para a série de impactos ambientais", revelou Plínio.

AGENDA DA SEMANA

Dia 28, 14h – Escola do Legislativo: Programa de Enfrentamento ao Bullying Escolar
Local: Grêmio Recreativo Pinhalense – Pinhalzinho

Mesa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Gelson Merisio (DEM)
1º Vice-Presidente: Moacir Sopelsa (PMDB)
2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)
1º Secretário: Jailson Lima (PT)
2º Secretário: Reno Caramori (PP)
3º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)
4ª Secretária: Ana Paula Lima (PT)

Assembleia na internet: http://www.alesc.sc.gov.br
Tiragem: 8 mil exemplares
Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

JORNAL DA ASSEMBLEIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Cleia Maria Braganholo e Sandra Annuseck
Diagramação e Artes: Lucas Gabriel Diniz e Tiago Fontão Alexandre (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES
Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas
Reportagens: Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rossana Espezin e Tatiani Magalhães
Fotografia: Aionara Preis Gabriel (estagiária), Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jéssica Luck (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares
Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jussie Sedrez Chaves, Louisi Muller de Jesus (estagiária) e Patrícia Schneider de Amorim
Clipagem: Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso
Expedição: Celso João da Rocha e Simone M. Alves

FOTOS ALBERTO NEVES

Proposta pelo deputado Darci Matos e conduzida pelo deputado Nilson Gonçalves, segundo vice-presidente da Assembleia, solenidade reúne autoridades e colaboradores no auditório da ACIJ, em Joinville

SESSÃO SOLENE COMEMORA CENTENÁRIO DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE JOINVILLE

Entidade congrega 1,4 mil empresas e trabalha pela redução de impostos em Santa Catarina

A Associação Empresarial de Joinville (ACIJ) completou 100 anos de fundação no dia 16 de fevereiro e foi homenageada dia 22 à noite, em sessão solene promovida pelo Poder Legislativo, na sede da entidade em Joinville.

Por iniciativa do deputado Darci de Matos (DEM), a solenidade conduzida pelo vice-presidente da Casa, deputado Nilson Gonçalves (PSDB), contou com a presença de autoridades e entidades associadas. Na ocasião, um vídeo contando a trajetória e o desenvolvimento da instituição foi apresentado mostrando as etapas que marcaram a longa caminhada da ACIJ e suas conquistas desde a criação até os dias atuais, entre elas a posição de uma das entidades empresariais mais importantes do país.

Com o slogan "Sua Empresa Mais Forte", a ACIJ vem desenvolvendo ações que visam contribuir para o aumento da competitividade das empresas associadas buscando a melhoria da qualidade de vida da comunidade, gerando debates das grandes causas que possam impactar o ambiente de negócios e a segurança das instituições. Atualmente com 1,4 mil empresas associadas, que englobam cinco mil colaboradores, a entidade tem como principal bandeira a redução de impostos em Santa Catarina, além da duplicação da BR-282, melhoria do saneamento básico e a mobilidade urbana.

Na condição de propositor, Darci mencionou que a história da associação se confunde com a história de Joinville. Considerando a ACIJ uma entidade empreendedora e desafiadora, o parlamentar ressaltou sua participação e contribuição para o desenvolvimento do município e região. "Criada com o objetivo econômico e voltada para a qualidade de vida de Joinville, a entidade se tornou um grande palco de debate para a cidade, promovendo e capitaneando grandes ações para o estado, em especial para o município", acrescentou. Presente ao evento, o deputado Kennedy Nunes (PP) destacou a importância da instituição para a sociedade do Norte do Estado. "São inúmeras as indústrias e empresas que cresceram e se firmaram no mercado com o apoio da ACIJ. Assim a associação sobreviveu e se mantém até os dias de hoje", frisou.

RECONHECIMENTO

Para o homenageado da noite, o presidente da ACIJ, Carlos Rodolfo Schneider, na oportunidade representando a instituição e todos os seus associados, "esta é, sem dúvida, uma homenagem de reconhecimento e incentivo para as ações realizadas". Segundo Schneider, quando a entidade foi criada a cidade tinha aproximadamente 30 mil habitantes e dava os primeiros passos rumo à industrialização, visando defender a principal bandeira dos empresários daquela época, a alta carga tributária. Hoje com 515 mil moradores, a luta pela redução de impostos continua, porém muitas conquistas foram obtidas.

Após os pronunciamentos, uma placa em nome do Parlamento catarinense em homenagem e reconhecimento à trajetória vitoriosa da ACIJ foi entregue a Schneider.

Presidente da ACIJ, Carlos Roberto Schneider, recebe placas dos deputados Nilson, Darcy e Kennedy

LEGISLATIVO GANHA COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIVIL

Com apoio de todas as bancadas, comissão tem a missão de fiscalizar atuação de órgãos do Estado e de buscar o aprimoramento dos programas de prevenção

CLEIA MARIA BRAGANHOLO

Através da comissão, Legislativo poderá dar apoio na formação de agentes de defesa civil nos municípios e também fiscalizar investimentos pós-desastre

LISANDREA COSTA

Em compasso com as mudanças climáticas e tragédias recentes registradas no estado, o Parlamento catarinense aprovou dia 23 a comissão permanente de Defesa Civil. Criada pelo Projeto de Resolução 001/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes (PP), cotado para presidir os trabalhos, a comissão recebeu o apoio de todas as bancadas parlamentares, garantindo seu caráter suprapartidário. Vai atuar na fiscalização das ações dos órgãos estaduais de defesa civil e no debate e aprimoramento de programas de prevenção de calamidades públicas.

O presidente da Casa, deputado Gelson Merisio (DEM), afirma que a instalação da Comissão de Defesa Civil reflete o importante movimento que a Assembleia faz, permanentemente, de aproximação com as necessidades mais urgentes da sociedade. "As condições climáticas e as dificuldades enfrentadas pelos catarinenses nos últimos anos precisam ser superadas, e fizeram surgir a necessidade de se trabalhar de forma mais abrangente e eficiente a prevenção de desastres. Não se pode mais admitir perda de vidas. Tambem a história e o patrimônio das pessoas precisam ser preservados. E os deputados, a partir de agora, poderão dedicar um trabalho especial à causa", destacou Merisio.

Por meio dessa comissão, o Legislativo estará presente na prevenção e no auxílio aos municípios enquanto Poder, conforme defende o autor do projeto. "Até agora, nós participávamos apenas como deputados no processo de aprovação de medidas ou no apoio à população atingida. Agora estaremos presentes como instituição", explica Kennedy.

Uma das primeiras metas da Comissão de Defesa Civil será a elaboração de planos de emergência, em parceria com a Escola do Legislativo e as associações de municípios. Kennedy também acredita que a estrutura disponibilizada pela Assembleia Legislativa poderá contribuir com a formação de agentes de defesa civil nos municípios, com foco nas lideranças vinculadas a igrejas, uma vez que igrejas e escolas são os principais refúgios utilizados durante catástrofes.

A comissão terá ainda como atribuição o acompanhamento e a fiscalização dos investimentos do Estado na fase pós-desastre. "Com as enchentes de 2008 e o tornado de Guaraciaba em 2009, percebi que essas catástrofes são cada vez mais frequentes e que elas precisam ser pautadas na atuação do Parlamento", defende Kennedy.

A professora Beate Frank, secretária executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, vê na criação dessa comissão uma oportunidade de abertura para o debate de uma política de prevenção de desastres em Santa Catarina. "Acho ótima a criação dessa comissão porque pode servir como um espaço de discussão e de articulação."

Kennedy: autor da proposta

O MAPA DAS ÁREAS DE RISCO

O Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (Ceped), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), está atuando em um projeto para mapear áreas de risco, que é coordenado pelo Ministério da Integração Nacional. Com as informações será construído um banco de dados informatizado sobre os desastres naturais ocorridos no Brasil.

Outra ação em andamento é o Projeto Jica, financiado pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional. Esses recursos viabilizarão obras de contenção das cheias no Vale do Itajaí, de acordo com as medidas previstas no Plano Integrado de Preservação e Mitigação de Riscos de Desastres Naturais da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí – PPRD.

STATUS DE SECRETARIA

MIRIAM ZOMER

Diretor do Departamento Estadual da Defesa Civil, Márcio Luiz Alves

A defesa civil tem sido, historicamente, uma área pouco valorizada nos organogramas governamentais. O Executivo catarinense pretende reforçar a sua estrutura de atendimento com a criação da Secretaria de Estado da Defesa Civil. Isso é necessário porque os desastres naturais em Santa Catarina tendem a se tornar cada vez mais frequentes, conforme o diretor do Departamento Estadual de Defesa Civil, major Márcio Luiz Alves, em consequência da ocupação de áreas de encostas e margens de rios, da impermeabilização do solo e do assoreamento de cursos d'água, além dos episódios associados a mudanças climáticas e a fenômenos como El Niño e La Niña, que provocam excessos de chuva ou estiagens.

Subordinado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, o departamento é composto por um diretor, quatro gerentes, um secretário executivo do Conselho Estadual de Defesa Civil e 35 funcionários cedidos de órgãos públicos estaduais – Polícia Militar, Bombeiros e diversas Secretarias de Estado.

DESASTRES

1983/1984
Inundações e enxurradas em Blumenau e Vale do Itajaí
Número de mortos: 51

1992
Fenômeno El Niño - Inundações no Oeste, Norte Catarinenses e Vale do Itajaí
Número de mortos: 16

1995
Inundações e escorregamentos – Sul do Estado e Grande Florianópolis
Número de mortos: 40

2004
Furacão Catarina
20 municípios afetados no Sul do Estado
Número de mortos: 3

2008
Inundações e enxurradas
Municípios atingidos: 60
Número de mortos: 135

2009
Tornado em Guaraciaba
Número de mortos: 4

Fonte: Defesa Civil

VULNERABILIDADE A EVENTOS CLIMÁTICOS

O Vale do Itajaí é a região catarinense mais lembrada quando se fala em desastres naturais, em função das inundações frequentes registradas nas últimas décadas. Foi a parte do estado mais castigada pelas inundações e deslizamentos de novembro de 2008 e, novamente, do início de 2011. A vulnerabilidade local é atribuída às características geográficas e às formas de ocupação do solo. Mas o território catarinense tem diversas outras vulnerabilidades, associadas a eventos climáticos diversos e às condições socioeconômicas e ambientais.

O diretor da Defesa Civil, major Márcio Luiz Alves, explica que as chuvas representam mais risco para as populações em vales, encostas e proximidades dos rios. As áreas altas podem ser afetadas por vendavais e deslizamentos, que atingem também os fundos de vale. Já as inundações bruscas são recorrentes em áreas de encostas. Há ainda ameaças como as estiagens, chuvas de granizo, tempestades de maré, ciclones, furacões e tornados. "Todas essas ocorrências podem ser consideradas como desastres porque extrapolam a nossa capacidade de resposta." O potencial de dano desses eventos, em geral, depende de fatores ligados às condições socioeconômicas como, por exemplo, as características construtivas das moradias.

Se o risco é inerente às condições físicas de uma região, deve o homem aprender a conviver com ele e restringir a ocupação das áreas mais vulneráveis. Nesse aspecto, cabem responsabilidades tanto ao poder público quanto à população. Os governos precisam disciplinar a ocupação do solo, por meio de planos diretores que de fato planejem o futuro das cidades, e com investimentos em saneamento e em habitação. "Mas precisamos também desenvolver uma nova cultura. As pessoas devem entender que o lixo despejado por elas acaba entupindo rios e córregos e que a impermeabilização dos terrenos contribui para as inundações", exemplifica Alves.

Com a experiência de três décadas nessa temática, Beate Frank analisa que "estamos atuando na resposta quando os desastres já ocorreram. Precisamos fortalecer as ações de prevenção." Entre essas ações, ela cita algumas com as quais os governos de 168 países se comprometeram ao assinar o Marco de Ação de Hyogo, em 2005, para reduzir calamidades e desastres.

ARTICULAÇÃO

Retirar as pessoas das áreas de risco mais grave seria o primeiro passo, mas requer políticas de habitação e saneamento, conforme a professora. Também é preciso estruturar a defesa civil nos municípios. "Mas precisa haver articulação com a gestão ambiental, para reduzir o desmatamento e a escavação de encostas, pois os cortes de morros estão produzindo novas catástrofes", alerta.

Outra ação como indispensável na prevenção de desastres é a criação de um sistema de alerta mais detalhado e eficaz. Por fim, é preciso investir em educação ambiental. "Se as pessoas tivessem consciência do risco que estão correndo, todos ficariam mais seguros."

SAÚDE INSPECIONA HOSPITAL REGIONAL DE SÃO JOSÉ

ALEXANDRE BACK

Os deputados Volnei Morastoni (PT), presidente da Comissão de Saúde, e Sargento Amauri Soares (PDT) realizaram dia 22 vistoria no Hospital Regional de São José para averiguar problemas e irregularidades ocorridas na instituição. Falta de funcionários, leitos e a má qualidade das refeições servidas vêm revoltando pacientes e deixando insatisfeitos os servidores do Hospital. A inspeção atendeu pedido do Sindsaúde, Sindicato dos Servidores da Saúde de Santa Catarina.

Segundo a presidente do Sindsaúde, Edileuza Garcia, os problemas no Hospital Regional são recorrentes, mas se agravaram depois da terceirização no fornecimento das refeições. "A falta de material, de anestesistas e técnicos de enfermagem vêm ocasionando situações extremas, como a fila de 2500 pessoas aguardando uma cirurgia. Há dois anos estamos denunciando o caso, que agora tomou nova dimensão pela piora na qualidade das refeições servidas".

JONAS LEMOS CAMPOS

Deputados Volnei Morastoni e Amauri Soares vistoriam instalações

ALIMENTAÇÃO

Contratada em 2008 para fornecer alimentação para hospitais da rede pública estadual, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, somente em 2010 a empresa Nutribem recebeu do Executivo R$ 14,2 milhões. Denunciada pela má qualidade da alimentação servida, na última semana a Vigilância Sanitária descartou cerca de 100 quilos de carne estragada mantida pela empresa na câmara fria da cozinha do hospital. Desde 2009 a Nutribem encontra-se interditada, mas vem mantendo a prestação de serviços na Justiça.

Indignado com a situação, o técnico em radiologia Alcéden Alves Ferreira declarou que desde o dia 3 de janeiro não se alimenta mais através das refeições servidas no Hospital Regional, em protesto pela má qualidade da alimentação. "Trabalho há 20 anos aqui e vejo que agora muitos preferem comer fora. Já fiz uma comunicação à Direção da Casa, mas sem resultado".

Também servidora do hospital, a auxiliar de enfermagem Ivone Cecília Martins informou que inclusive já passou mal devido à comida servida no local. "Só o cheiro já embrulha nosso estômago. Não tenho mais coragem de comer", disse.

DEPUTADOS RECONHECEM LIMITE NO ATENDIMENTO

Membros da Comissão de Saúde, Morastoni e Soares reconheceram que a instituição encontra-se em seu limite de atendimento e que soluções devem ser buscadas junto à Secretaria de Saúde.

Na reunião de Comissão de Saude, dia 23, Morastoni anunciou que irá encaminhar um relatório à Secretaria de Saúde cobrando providências referentes principalmente à falta de técnicos em enfermagem, médicos ortopedistas e anestesistas e ao aumento no número de leitos disponíveis, com a sugestão de realização de um mutirão visando diminuir a fila de pessoas que aguardam a realização de cirurgias eletivas. Uma audiência pública com autoridades da Grande Florianópolis deve ser realizada.

Reconhecendo a gravidade no atendimento, o gerente administrativo do Hospital, Fábio Fernando Luiz, destacou que o problema se deve à grande procura por atendimento na região e que não deve ter solução tão cedo. "Se não houver um amparo dos municípios da região, a tendência é a situação até se agravar. Está na hora de todos assumirem suas responsabilidades", frisou. Fábio acredita que a solução seria o aumento no investimento para a construção de hospitais de pequeno porte e policlínicas que dessem o primeiro atendimento, absorvendo, assim, a demanda pelos serviços básicos de saúde.

JONAS LEMOS CAMPOS

Diante da gravidade, deputados vão discutir assunto com Executivo

ORDEM DE SERVIÇO PARA DUPLICAR A SC-401

Obra entre o trevo de Jurerê e de Ingleses, um dos gargalos da rodovia, deve custar R$ 17,9 milhões e iniciar em 30 dias

Atendendo antiga reivindicação da comunidade, o governador Raimundo Colombo (DEM) e o secretário de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, entregaram, dia 21, na Vargem Pequena, em Florianópolis, a ordem de serviço para duplicação de 4,5 km da SC-401, entre o trevo de Jurerê e o trevo de Ingleses. Orçada em R$17,9 milhões, a obra que deve ser iniciada em 30 dias tem previsão para ser entregue em aproximadamente 15 meses. Apontada como a mais perigosa entre 20 rodovias pesquisadas pela Polícia Rodoviária Estadual, a SC-401 é o principal acesso entre o Centro da Capital e as praias do Norte da Ilha.

Com diversas autoridades presentes, o governador assinou e entregou a primeira ordem de serviço da sua gestão a José Roberto da Silva, representante da TV Técnica Viária Construção Ltda, empresa vencedora da licitação. "Teremos 450 dias de trabalhos e é com muita satisfação que damos início a esta obra. Considerada prioritária, a duplicação conta com recursos dos governos federal e estadual. Vamos trabalhar para que a rodovia possa estar pronta dentro do prazo estipulado ou estar transitável até a próxima temporada", ressaltou.

Na ocasião, Colombo lançou o edital de licitação para a segunda etapa de duplicação da SC-401, que compreende 3,5 km entre os trevos de Ingleses e Canasvieiras. "Estamos abrindo o edital hoje, a partir desta data teremos 90 dias para dar a ordem de serviço", frisou.

Para Cobalchini, a realização da obra vai reduzir o número de acidentes e poupar vidas, uma vez que a rodovia é considerada extremamente perigosa. Estatísticas revelam que em 2010 ocorreram 15 mortes e 336 pessoas ficaram feridas devido ao grande fluxo de veículos que trafegam diariamente na SC-401. "Estamos com tudo pronta para iniciar esta grande obra, inclusive o presidente da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Murilo Flores, entregou a licença ambiental para realizar a duplicação", informou.

FÁBIO QUEIROZ

Secretário de Infraestrurtura, Valdir Cobalchini, e governador Colombo no lançamento da licitação

SOLON SOARES

Motoristas se arriscam em cruzar a pista na rodovia, que liga ao Norte da Ilha

REINSTALADO FÓRUM PARLAMENTAR DA BR-470

O deputado Jean Kuhlmann (DEM) colheu as assinaturas em Plenário para a reinstalação do Fórum Parlamentar pela Duplicação da BR-470, dia 16.. Todos os partidos com representatividade no Parlamento estão representados no fórum, que será coordenado pelo democrata e tem como objetivo interceder junto aos governos federal e estadual pela duplicação da rodovia.

Além de Jean Kuhlmann, compõem o fórum os deputados Aldo Schneider (PMDB), Joares Ponticelli (PP), Ana Paula Lima (PT), Gilmar Knaesel (PSDB), Sargento Amauri Soares (PDT), Narcizo Parisotto (PTB), Altair Guidi (PPS) e Angela Albino (PCdoB).

A criação do fórum parlamentar está prevista no Regimento Interno da Assembleia Legislativa para tratar de assuntos relevantes que, pelo seu grande e notório interesse para o povo catarinense e por sua natureza e complexidade, não possam ser acompanhados pelas comissões permanentes. "Essa, com certeza, é a situação da BR-470, uma rodovia fundamental para o desenvolvimento econômico do Estado, utilizada diariamente por milhares de pessoas que arriscam suas vidas para estudar, trabalhar e até mesmo para visitar o nosso estado", disse o deputado.

Kuhlmann: articulação

Além de interceder pela duplicação, o fórum terá como atribuição a fiscalização e a busca de informações junto aos órgãos responsáveis.

"Em 2010 foram mais de 100 vidas perdidas na BR-470 e este ano já contamos, infelizmente, com cenas trágicas. No dia 13 de fevereiro um acidente grave envolvendo seis veículos deixou pelo menos 11 pessoas feridas. O Vale do Itajaí não suporta mais essa situação", destacou Kuhlmann.

TRANSPORTES FARÁ AUDIÊNCIA

A Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, presidida pelo deputado Valmir Comin (PP), aprovou a realização de audiência pública, dia 29 de março, às 10h, no Plenário Deputado Osni Régis. A reunião fará um diagnóstico das obras de duplicação do trecho Sul da BR-101 Sul e da BR-470, importantes vias de escoamento de riquezas e também da construção do rodoanel na Grande Florianópolis.

Deverão participar representantes da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), DNIT/SC – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Fetranscesc – Federação das Empresas de Transportes de Cargas e CREA/SC - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Santa Catarina.

Comin anunciou ainda a substituição do deputado Valdir Cobalchini (PMDB), que se licenciou para assumir a Secretaria de Estado da Infraestrutura, pelo deputado Mauro de Nadal (PMDB) na composição da Comissão de Transportes.

Comin: diagnóstico das obras

REAJUSTE DO MÍNIMO REGIONAL DEVE IR A PLENÁRIO NO DIA 1º

Projeto recebe aval das Comissões de Constituição e Finanças e segue agora para análise na de Trabalho

O Projeto de Lei Complementar 5/2011, que prevê a alteração do salário mínimo regional, avançou em sua tramitação na Casa. Passou pela Comissão de Constituição e Justiça, no dia 22, e será avaliada pela Comissão de Finanças e Tributação, na reunião extraordinária do dia 24. Depois segue para análise na Comissão de Trabalho, Serviços Públicos e Administração, na próxima terça-feira, dia 1º, podendo ser apreciada em plenário na tarde do mesmo dia. "A ideia é aprovar a matéria antes do Carnaval, já que se trata de um projeto pacífico", assinalou o líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), que preside a Comissão de Trabalho.

JONAS LEMOS CAMPOS

Relator Dresch (C) diz que 1 milhão de trabalhadores serão beneficiados

O projeto, de origem governamental, prevê um aumento médio de 7%, em quatro faixas salariais: R$ 630,00, R$ 660, R$ 695 e R$ 730 e é resultado de acordos entre sindicatos, empresários e o governo. O reajuste será retroativo ao mês de janeiro de 2011.

De acordo com o relator do projeto na CCJ, deputado Dirceu Dresch (PT), o aumento do salário mínimo regional beneficiará 1 milhão de trabalhadores, direta ou indiretamente, e é um avanço na construção de uma política salarial no estado. "Esse aumento trará contribuições ao comércio, à indústria e também ao governo, que arrecadará mais impostos. Futuramente deveremos discutir também o estabelecimento de uma data base para os reajustes, o que trará mais segurança aos nossos trabalhadores", explicou.

ELIZEU MATTOS É ELEITO PRESIDENTE DO TRABALHO

Em reunião presidida pelo deputado Silvio Dreveck (PP), foi instalada dia 22 a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Atendendo acordo de líderes, o deputado Elizeu Mattos (PMDB), líder do governo, foi confirmado presidente da comissão, tendo como vice, Silvio Dreveck.

Com objetivo de imprimir dinâmica aos trabalhos, Mattos convocou a primeira reunião para a manhã do dia 1º de março, quando os membros da comissão devem apreciar o Projeto de Lei Complementar 5/2011, que reajusta o salário mínimo regional.

O novo presidente lembrou que a Comissão de Trabalho e Serviços Públicos é, na prática, uma das que recebe maior número de projetos, perdendo apenas para as comissões de Justiça e Finanças. Isto porque, explicou, todos os projetos que dizem respeito a entidades de utilidade pública e a serviço público passam, obrigatoriamente, pelo crivo da comissão.

Mattos: dinâmica

PT DEBATE A CONSTRUÇÃO DO PORTO MAR AZUL

A bancada do PT reuniu-se dia 22 na Sala de Imprensa da Assembléia, com Ana Paula Cortez, representante da Associação Movimento Ecológico Carijós (Ameca), para debater a construção do porto privado Mar Azul, na Baía da Babitonga, nordeste do Estado. O porto, em processo de licenciamento ambiental do Ibama, foi planejado, inicialmente, para descarga e carregamento de bobinas de aço da empresa Arcelor Mittal Vega (antiga Vega do Sul), mas sofre grande rejeição da comunidade que teme impactos ambientais e sociais. Estavam presentes os deputados petistas Dirceu Dresch, Ana Paula Lima, Neodi Saretta, Padre Pedro Baldissera e Volnei Morastoni.

A construção do porto já foi tema de audiência proposta pela deputada Ana Paula Lima, em maio do ano passado. Na ocasião, pescadores, sindicalistas e ONGs ambientalistas manifestaram-se contra a construção do porto na comunidade de Laranjeiras.

Ana Paula Cortez afirmou que a Vega Sul estaria traindo a população de São Francisco do Sul. "Quando a empresa se instalou, assinou um protocolo com Santa Catarina, comprometendo-se a usar o porto de São Francisco do Sul, recebendo inclusive incentivos fiscais. Agora quer mudar e criar porto privado".

Segundo a ambientalista, a instalação do porto se daria no que antes era uma área de preservação permanente. A construção foi possível graças à aprovação da Lei Municipal nº 587, de 2007, que modificou as regras referentes ao uso e ocupação do solo, estabelecendo um regramento mais liberal em relação ao meio ambiente. Em 2008, o Ministério Público estadual deflagrou a ADIN 2008.009253-3, requerendo a declaração de inconstitucionalidade da lei, por violar artigos 16 e 181 da Constituição Estadual.

Segundo o líder da bancada petista, Dirceu Dresch, o objetivo é evitar o enfraquecimento do Porto de São Francisco do Sul, no qual o governo federal investiu mais de R$ 400 milhões em 2010.

NA TRIBUNA

EXAME OFTALMOLÓGICO

O deputado Marcos Vieira (PSDB) cobrou na tribuna, dia 23, a implantação da lei 14.654, que autoriza o governo do Estado a realizar exames oftalmológicos básicos nos alunos da rede pública de ensino. A lei é de autoria do parlamentar e foi sancionada pelo Executivo em 2009. "Cerca de 80% dos alunos nunca fizeram um exame oftalmológico, por isso o Estado deve dar aplicabilidade à lei que aprovamos nesta Assembleia Legislativa", enfatiza. Conforme a Sociedade Brasileira de Oftalmologia, 20% das crianças em idade escolar apresentam algum tipo de problema de visão.

Marcos Vieira: autor da lei

BR-101

A BR-101 foi foco do pronunciamento do deputado Joares Ponticelli (PP), que enfatizou a demora no processo de duplicação. Além da morosidade, o parlamentar criticou o custo estimado para a Ponte da Cabeçuda, em Laguna, que teve edital lançado com valor estimado em R$ 680 milhões. Sobre esse assunto, o deputado Manoel Motta (PMDB) qualificou como inadmissível a cobrança de pedágio na rodovia.

Também a BR-101 foi tema na tribuna deputada Ada Faraco de Luca (PMDB), que criticou reajuste da tarifa de pedágio. Segundo ela, o aumento foi três vezes superior ao valor da inflação no período. Para automóveis de passeio, a tarifa passou de R$ 1,20 para R$ 1,40. Como futura secretária de Justiça e Cidadania, ela solicitou ao Procon que esclareça junto à empresa concessionária os motivos reajuste.

Ponticelli: demora

AGRICULTURA

A agricultura catarinense foi tema do pronunciamento do deputado Moacir Sopelsa (PMDB). Ele parabenizou a Copérdia pela realização da 10ª edição do Show Tecnológico Rural do Oeste Catarinense, entre os dias 23 e 25 de fevereiro. O evento é uma feira de oportunidades para aprender e aperfeiçoar técnicas agrícolas e agropecuárias.

Sopelsa: Show Tecnológico Rural

ENSINO PROFISSIONALIZANTE

A deputada Ana Paula Lima (PT) destacou os investimentos do governo federal na ampliação do ensino técnico e profissionalizante no Brasil. Ela destacou o Programa Nacional da Escola Técnica, o Pronatec, anunciado na semana passada pela presidente Dilma Rousseff. "O Brasil de pleno emprego precisa qualificar a sua mão de obra."

Ana Paula: Brasil de emprego

FOTOS SOLON SOARES

Coordenadora do setor de captação do Hemosc, Roseli Sandrin, destaca que estado é considerado um dos melhores no país na captação de sangue, mantendo 85% dos seus doadres regulares

INCENTIVO À DOAÇÃO DE SANGUE

Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina dá largada à campanha para captar novas adesões

ALEXANDRE BACK

Mesmo sendo considerado um dos melhores estados brasileiros na captação de sangue, com 85% de seus doadores regulares, Santa Catarina enfrenta todo começo de ano um período crítico. É nesta época que aumenta a demanda por sangue e derivados, ao mesmo tempo em que ocorre significativa diminuição do número de doadores, em virtude das festas de Carnaval e do período de veraneio. Com a finalidade de sensibilizar a população sobre esta realidade, o Centro de Hematologia e Hemoterapia de SC (Hemosc) dá a largada, em fevereiro, às campanhas para conquistar novos doadores.

Um dos programas mais efetivos é o projeto escola, que conscientiza, educa e motiva, por meio de palestras e gincanas, estudantes a serem futuros doadores. O projeto existe desde 1996 e já conta 15 mil alunos cadastrados. "O objetivo maior desta ação é educar as crianças, conscientizando os jovens para uma vida saudável, passo fundamental para a formação de futuros doadores", explica a coordenadora do setor de captação do Hemosc de Florianópolis, Roseli Sandrin. O Hemosc mantém cadastro dos centros de ensino participantes, agradecendo e lembrando que as doações são sempre necessárias. Nas escolas, as doações entram nos planos de aula e cronogramas escolares, possibilitando um novo aprendizado e formação da cidadania.

Outra iniciativa que vem apresentando bons resultados, acrescenta Roseli, é o Projeto Empresa Solidária, que funciona de forma semelhante ao Projeto Escola. Nesse caso, o Hemosc prioriza a participação de empresas no processo de conscientização e educação para a doação de sangue. A meta é realizar campanhas anuais nas empresas, que ficam responsáveis por reservar um dia ou período do ano para o desenvolvimento de atividades voltadas à doação de sangue. Outras iniciativas, acrescenta Roseli, são Surfista Doador, Capoeira Tá no Sangue, Banda Sangue Derramado/Hemosc, Qual é o seu Tipo?, Clássico Hemosc – Torcida Solidária, voltadas a segmentos específicos da sociedade.

Tais ações, segundo a coordenadora, são importantes para manter os estoques de sangue em níveis considerados adequados. Somente em Florianópolis, explica, são necessárias 130 doações diárias para manter o estoque equilibrado, contudo, no período de carnaval esse número chega a diminuir em 30%. Há a necessidade principalmente de captação de tipos sanguíneos negativos, raros na população brasileira. "Cerca de 75% da população brasileira é A+ ou O+, enquanto os de tipo AB-, por exemplo, representam pouco mais de 1%", completa. Os estoques do Hemosc devem se manter níveis constantes, sem haver falta ou sobra do produto. O período de armazenamento do fluido é torno de 30 a 45 dias, após o qual devem ser necessariamente descartados para evitar a degradação.

Com 53 anos de idade, e há 36 anos como doador, o servidor público José Luís de Moura afirma que procura o Hemosc de Florianópolis a cada 90 dias para realizar a doação de sangue. "Nesses anos todos devo ter ganhado muitos irmãos de sangue, tantas foram as doações que fiz". Ele explica que começou a doar sangue ainda com 17 anos, para a cirurgia de uma menina de nove anos, que, após estar recuperada do procedimento médico, veio agradecê-lo. Depois disso, nunca mais parou. "Doar sangue me deixa mais leve. É um ato de amor muito gratificante", disse.

A CAPTAÇÃO

O Hemosc tem dez centros de coleta de sangue distribuídos entre Florianópolis, Lages, Criciúma, Joinville, Joaçaba, Chapecó, Tubarão, Jaraguá do Sul, Canoinhas e Blumenau, havendo ainda bancos de sangue privados em Concórdia e Rio do Sul. O Centro dá preferência à coleta na própria instituição onde o volume de atendimentos pode ser maior, podendo ser feita por meio de uma unidade móvel, disponível nas terças e quintas-feiras, das 8 às 11h30 e das 13h30 às 16h30.

REQUISITOS

Qualquer pessoa saudável, com idade entre 18 e 65 anos, com peso mínimo de 50 kg e que esteja portando documento de identidade oficial com foto é um doador em potencial.

Antes da doação são realizados exames para diversas doenças, entre elas: Aids, Sífilis, Doença da Chagas, Hepatites, HTLV I e II, além de tipagem sanguínea.

O homem pode doar sangue a cada dois meses e a mulher a cada três meses. Para doar sangue não é preciso estar em jejum.

O doador deve estar bem alimentado, evitando apenas a ingestão de alimentos gordurosos nas quatro horas que antecedem a doação.

Servidor público José Luís de Moura doa sangue a cada 90 dias, uma prática que se repete há 36 anos